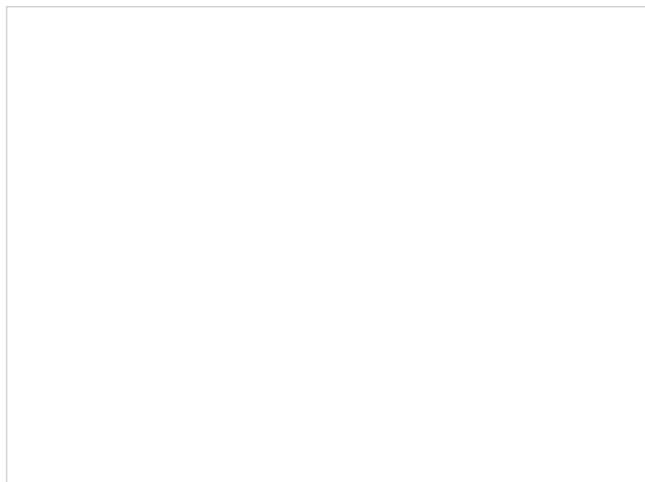


15/05/2019 17:38 - Estudantes e servidores protestam contra cortes na educação em Porto Velho



O protesto contra o bloqueio de recursos para a educação anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) recomeçou na tarde desta quarta-feira (15), em Porto Velho.

Além de estudantes da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), manifestantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro), faculdades particulares e profissionais da educação se juntaram ao grupo.

No total, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia (Sintero) informou estimar pelo menos mil participantes.

A manifestação recomeçou na reitoria da Unir, localizada no centro da capital rondoniense. Estudantes indígenas chegaram a discursar no início do ato. Na sequência, estudantes e professores deram início a uma passeata até as Três Caixas D'Água.

Durante a manhã, o protesto começou com o bloqueio de alunos da Unir na principal via de Porto Velho. Cerca de 200 pessoas estiveram no manifesto pacífico, segundo o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A Polícia Militar (PM) acompanhava o protesto, mas não divulgou o número de manifestantes.

A concentração dos universitários começou na Praça do Baú, centro de Porto Velho, e logo depois os estudantes seguiram até a Avenida Sete de Setembro para pedir o fim do bloqueio de verbas à Unir. Na sequência eles fecharam a via, no cruzamento com a Avenida Rogério Weber.

O grupo também usou cartazes para pedir o fim da reforma da previdência, que tramita no Congresso Nacional em Brasília (DF).

Segundo os alunos, a situação da Unir é "caótica" e, com esse bloqueio de verbas, a universidade no estado não deve funcionar a partir de julho, pois ficaria sem dinheiro para pagar contas de energia, telefone e serviços terceirizados.

Contingenciamento

Em abril, o Ministério da Educação divulgou que todas as universidades e institutos federais teriam bloqueio de recursos. Em maio, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) informou sobre a suspensão da concessão de bolsas de mestrado e doutorado.

De acordo com o Ministério da Educação, o bloqueio é de 24,84% das chamadas despesas discricionárias — aquelas consideradas não obrigatórias, que incluem gastos como contas de água, luz, compra de material básico, contratação de terceirizados e realização de pesquisas. O valor total contingenciado, considerando todas as universidades, é de R\$ 1,7 bilhão, ou 3,43% do orçamento completo — incluindo despesas obrigatórias.

Em 2019, as verbas discricionárias representam 13,83% do orçamento total das universidades. Os 86,17% restantes são as chamadas verbas obrigatórias, que não serão afetadas. Elas correspondem, por exemplo, aos pagamentos de salários de professores, funcionários e das aposentadorias e pensões.

Segundo o governo federal, a queda na arrecadação obrigou a contenção de recursos. O bloqueio poderá ser reavaliado posteriormente caso a arrecadação volte a subir. O contingenciamento, apenas com despesas não obrigatórias, é um mecanismo para retardar ou deixar de executar parte da peça orçamentária devido à insuficiência de receitas e já ocorreu em outros governos.

